Jornal da APESP

ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | N. 99 | JUN 2021

Estruturar a PGE-SP não é gasto; é investimento!

A nomeação dos 103 aprovados remanescentes do concurso de ingresso é um passo efetivo pela valorização da Procuradoria paulista

EDITORIAL

Entre sonhos

A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo é feita de gente. Gente que um dia sonhou fazer parte de uma instituição séria, respeitada pela sociedade paulista e capaz de oferecer assessoria e consultoria jurídicas ao Estado de São Paulo e de bem representá-lo em juízo. No entanto, para manter esse sonho de pé, tem sido necessário um grande esforço, com muita dedicação e coragem.

Entendida como a qualidade ética que pretende exigir do Estado quanto à legalidade e legitimidade de seus atos, só haverá justiça na Administração Pública se ela estiver dotada de uma Advocacia Pública fortalecida. Um Estado como o nosso não pode ter uma Procuradoria fragilizada, incapaz de bem executar suas relevantes funções constitucionais.

A edição do Jornal da APESP que você tem na sua tela do celular, *tablet* ou computador promove o encontro entre o presente e o futuro da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, entre o sonho e a realidade.

Mostra que esse sonho existe em cada candidato aprovado em um dos concursos públicos mais difíceis do país e que resiste, continua vivo, em toda Procuradora e Procurador do Estado que hoje trabalha em condições adversas e sem apoio.

Na montagem da capa dessa edição temos o rosto dos futuros colegas e você poderá conhecer um pouco da história de vida de alguns deles. O sonho de ingressar na PGE-SP, os sacrifícios pessoais, tão comuns na vida dos concursandos.

É também uma edição que traz um grito de alerta contra o desmonte promovido na PGE-SP. Não é possível conviver com a total falta de estrutura administrativa e com o déficit nos quadros ora vivenciados. Quase 40% dos quadros vagos em uma instituição de Estado, que gera receitas e economias superiores a suas despesas, é inconcebível.

A leitura dos depoimentos dos Conselheiros eleitos e dos colegas das unidades do contencioso tanto da capital quanto do interior mostra a insustentabilidade da atual situação. É preciso agir.

Como instituição permanente e essencial à Justiça e à Administração Pública, a PGE-SP convive há anos com a redução em seus quadros e com a inexistência de apoio administrativo para executar suas funções. Chegará o momento do colapso institucional, quando restará impossível o desenvolvimento de nossas funções. É para evitar esse pesadelo que a APESP está em campanha pela nomeação dos aprovados no concurso de 2018.

Não é possível continuar nessa situação.

Trata-se apenas de um passo, o primeiro, de muitos que precisam ser dados. Além da nomeação dos novos colegas, medida rápida e que está nas mãos da cúpula de nossa instituição, a implementação de uma verdadeira carreira de apoio, a criação da residência jurídica e a adoção de instrumentos de inteligência artificial para fazer frente à robotização da justiça brasileira também se impõem.

A solução está dada. Não há óbice legal para a imediata nomeação, nem tampouco óbice financeiro, como deixam claros os últimos relatórios da gestão publicados pelo Estado de São Paulo.

Não é possível esperar mais.

Nomeação Já!

Fabrizio de Lima Pieroni
PRESIDENTE DA APESP

APESP
ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA GESTÃO 2020 | 2021

PRESIDENTE
Fabrizio de Lima Pieroni

VICE-PRESIDENTE
Monica Maria Russo Zingaro Ferreira Lima

SECRETÁRIO-GERAL
José Luiz Souza de Moraes

DIRETORA FINANCEIRA
Monica Maria Petri

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL
Rosely Sucena Pastore

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIOS
Patricia Ulson Pizarro Werner

DIRETORA DE ESPORTES E PATRIMÔNIO
Bruna Helena Alvarez F. Oliveira

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
Marialice Dias Gonçalves

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS
Amilcar Aquino Navarro

DIRETORA DO INTERIOR E DEMAIS UNIDADES FORA DA CAPITAL
Clara Angelica do Carmo Lima

DIRETORA DE PRERROGATIVAS
Roberta Callijão Boareto

CONSELHO ASSESSOR
Carlos José Teixeira de Toledo
Mara Christina Faiwichow Estefam
Marcelo José Magalhães Bonizzi
Marcos Fabio De Oliveira Nusdeo
Maria Regina Fava Focaccia
Mirna Cianci

CONSELHO FISCAL
Eduardo Bordini Novato
Luis Claudio Ferreira Cantanhede
Vanderlei Ferreira De Lima

PRODUÇÃO

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
Marialice Dias Gonçalves

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS
Cristiano Tsonis
(jornalista responsável – MTB 30.748)
C Tsonis Produção Editorial ME

FOTOS
Acervo APESP

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. ACESSE A VERSÃO *ONLINE* DO JORNAL DA APESP NO *SITE* WWW.APESP.ORG.BR.

FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO EM 21/06/2021

INTERESSE PÚBLICO

Estruturar a PGE-SP não é gasto; é investimento!

A nomeação dos 103 aprovados remanescentes do concurso de ingresso de 2018 é um passo vital para uma valorização efetiva da Procuradoria paulista

Na iniciativa privada, qual o tratamento dispensado a um funcionário que dê mais do que o dobro de retorno financeiro em relação ao seu custo? É muito provável que esse colaborador receba do seu empregador incentivos e melhores condições de trabalho em reconhecimento ao excelente desempenho.

Já no serviço público do Estado de São Paulo, ao menos no caso da PGE-SP, não é exatamente isso o que ocorre. Em 2020, o orçamento executado pela Procuradoria foi de R$ 1,62 bilhão (fonte: SIAFEM/SP). Porém, apenas em arrecadação da dívida ativa, uma das atribuições constitucionais dos Procuradores do Estado de São Paulo, R$ 2,55 bilhões foram recuperados no ano passado.

No mesmo período, a PGE-SP conseguiu sentenças e acórdãos favoráveis em ações que visavam o reequilíbrio econômico de contratos com concessionárias de rodovias, gerando uma economia para o Estado de São Paulo de quase R$ 1,4 bilhão.

Ou seja, apenas com esses dois exemplos, que constam do "Balanço Geral do Estado de São Paulo - Contas do Exercício de 2020", enviado para a ALESP pelo Governador João Doria e publicado no Diário Oficial de SP (leia mais no quadro da página 9), a PGE-SP "pagou" quase 2,5 vezes o seu custo operacional.

Campanha #NomeaçãoJá PGE-SP

Infelizmente, esses excelentes resultados, que inclusive reforçam o prestígio da PGE-SP junto ao Governo de São Paulo, não foram o bastante para que se obtivessem as necessárias contrapartidas para melhor estruturar a Procuradoria Paulista, que reconhecidamente vem desempenhando um papel importantíssimo durante a pandemia da COVID-19.

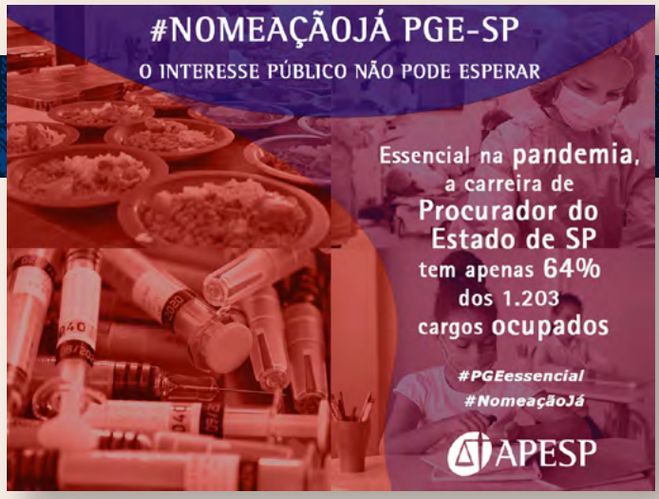
A atuação dos Procuradores do Estado possibilitou a compra de vacinas e insumos para a sua produção, a contratação de leitos de UTI, a viabilização de políticas públicas de saúde e educação e outras importantes atuações na defesa do interesse público.

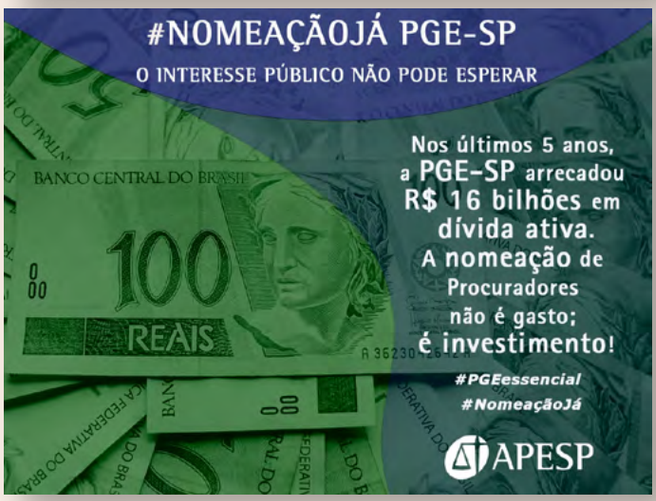
No entanto, a crescente defasagem dos quadros da PGE-SP coloca essa atuação em estado crítico, arriscando a própria defesa do Estado e do interesse público. Do total dos 1.203 cargos existentes, 765 estão providos (63,68%). O índice de vacância é de 36,32% (438 cargos).

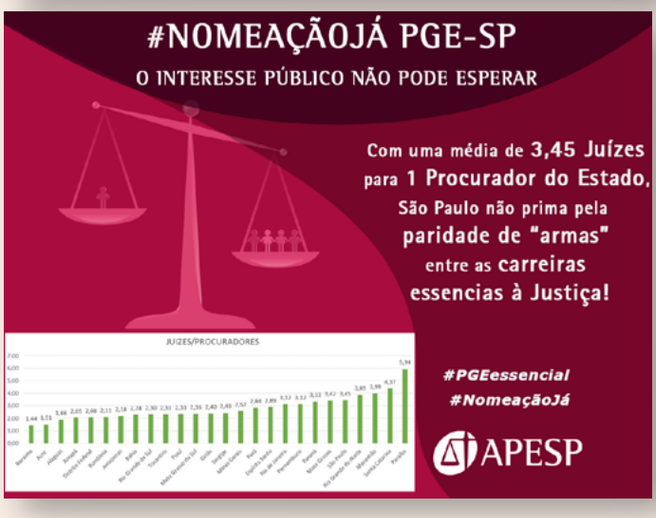
Foi por esse motivo que a APESP relançou em 27 de abril a campanha **#NomeaçãoJá – O interesse público não pode esperar** para divulgar na mídia e pleitear junto aos principais atores políticos a nomeação dos 103 candidatos aprovados em concurso homologado em 22/12/2018.

"Desperdiçar essa qualificada força de trabalho contrariaria o interesse público. Esses colegas já demonstraram todo o seu potencial ao serem aprovados em um certame disputadíssimo, com mais de 13 mil candidatos. Agora, têm provado diariamente a garra e a vontade de ingressar nos quadros da nossa Procuradoria", frisa Fabrizio Pieroni, Presidente da APESP (leia na página 10 os depoimentos de alguns desses remanescentes).

Destaque-se que não existe justificativa legal para que a nomeação não ocorra, pois até mesmo a Lei Complementar Nº 173/2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), não veda a reposição dos quadros por vacância no período anterior a 31/12/2021.







Grito de alerta

Procuradoria Fiscal

Na sessão do Conselho da PGE-SP de 26 de abril, sob a Presidência da Procuradora Geral, Lia Porto, o Presidente da APESP fez uma manifestação sobre as condições de trabalho na PGE-SP, que ganhou uma grande repercussão em toda a carreira e impulsionou *o* relançamento da campanha #NomeaçãoJá.

"Não passo um dia sequer sem receber algum tipo de crítica, reclamação e, em alguns casos, gritos de desespero em relação ao volume e condições de trabalho que vem sendo desenvolvido pelos colegas, principalmente nas duas áreas do contencioso".

Na ocasião, Pieroni disse que, em alguns setores da PGE-SP, os relatos são de um trabalho ininterrupto, muito além do expediente normal durante a semana e que se prolonga em todos os sábados, domingos e feriados. "Não é trabalho extraordinário, que poderia até dar ensejo à percepção da GAE, mas sim trabalho ordinário. Isso não está certo. É preciso ter descanso", continuou.

"O quadro é agravado por um sistema de informática que não funciona, demandando um retrabalho. Se não é possível criar nesse momento a carreira de apoio, vamos ser criativos e nomear todos os nossos colegas da lista remanescente, terceirizar parte do serviço burocrático, criar a residência jurídica e o estágio de pós-graduação, contratar mais estagiários e permitir que trabalhem remotamente. É pela vida dos nossos colegas que peço isso. Eles estão adoecendo", concluiu. Aponte a câmera do seu celular no *QRcode* abaixo para assistir ao vídeo completo.

☑ VERIFICADO: o diagnóstico da PGE-SP, realizado pela Associação, apontou que 81% dos colegas consideram seu trabalho excessivo e metade deles informa que não consegue ter tempo para a família e o descanso.

O Procurador Paulo Alves Netto de Araujo, que atua desde o seu ingresso na PGE-SP, em 1994, na área do Contencioso Tributário-Fiscal e atualmente está designado na Fazenda Autora residual da Procuradoria Fiscal, registra a situação da unidade.

"Em toda a minha carreira, nunca passei por um momento como esse, no qual o volume de trabalho é astronômico, sem contarmos com um quadro de apoio ou mesmo estagiários que nos auxiliem em tarefas administrativas necessárias para a atuação judicial", frisa.

Araujo acrescenta também a baixa qualidade do PGE-NET, que apresenta intermitências frequentes, falhas e baixa velocidade. "A substituição do sistema já está em andamento, todavia a passos lentos em relação à nossa necessidade atual. Além disso, a prometida inteligência artificial ainda não chegou às execuções fiscais", complementa.

Segundo o Procurador, o número de servidores da unidade é insuficiente. "Muitas das atividades que são necessárias ao acompanhamento das execuções fiscais são de cunho administrativo e deveriam ser executadas por funcionários e não por Procuradores", adverte.

"Na atual conjuntura, de falta de colegas, não temos condições de elaborar, de modo satisfatório, pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais nos casos de relevo e na elaboração de Recursos no Tribunal de Justiça e nos Tribunais Superiores", continua Araujo.

O Procurador considera, sem prescindir da carreira de apoio e da retomada do credenciamento de estagiários, primordial a nomeação dos colegas remanescentes. "Isso permitirá uma divisão mais igualitária do trabalho entre todos, possibilitando uma atuação judicial com maior qualidade".

Por fim, assevera: "toda essa situação de dificuldades no dia a dia de nosso trabalho nos causa stress, cansaço e nos toma tempo precioso, além da jornada normal de trabalho".

Procuradoria Judicial

A Procuradora do Estado Roberta Callijão Boareto, Diretora de Prerrogativas da APESP, que atua no Contencioso Geral desde o seu ingresso na PGE-SP em 2010, relata o atual panorama da Procuradoria Judicial.

"Nos recentes anos, o setor sofreu uma forte degradação. Sucessivas alterações na competência das subunidades elevaram as dificuldades de atuação. Por exemplo, a inclusão nas bancas, que antes exclusivamente acompanhavam processos em fase de conhecimento, de matéria afeta à execução", destaca.

Segundo a Procuradora, a referida medida tornou mais complicada a situação, pois aumentou o número de pendências não relacionadas diretamente aos prazos judiciais, que deveriam ser o centro da atuação do Contencioso. "Acumulam-se tarefas internas, relacionadas ao andamento do cumprimento de obrigações de fazer, somadas a outras tarefas da mesma natureza, relacionadas à fase de execução", continua.

Boareto aponta também outros problemas que merecem destaque. "O uso de robôs pelo TJ-SP tornou o volume semanal de intimações insustentável para o Procurador. Para além do elevado volume de intimações recebidas diariamente, de segunda a sexta, percebe-se a entrada maciça de intimações em finais de semana e feriados, inviabilizando a organização da banca e o necessário descanso dos colegas".

Por fim, apontou a forte redução de quadros da área do Contencioso Geral. "Inicialmente, colegas de talento optaram pela remoção e parte das suas vagas não foram repostas. Nos anos que se seguiram à remoção, os quadros da PGE-SP minguaram devido às aposentadorias e exonerações. Fácil concluir que o cenário apresentado ampliou a pressão e a carga de trabalho sobre os colegas remanescentes no Contencioso, implicando evidente deterioração de unidade de extrema relevância para a Procuradoria", finaliza.

Procuradorias Regionais

A Procuradora do Estado, Aline Castro de Carvalho, que está classificada na Procuradoria Regional de São José do Rio Preto (PR-8) aponta que as recentes alterações legislativas, tais como a reforma da Previdência, o ajuste fiscal, a extinção de empresas públicas e a pandemia incrementaram consideravelmente o trabalho das bancas, sem qualquer contrapartida por parte da instituição.

"O que percebo é uma relação inversamente proporcional entre o volume de trabalho e o quadro de Procuradores, que se reduz a cada dia. Enquanto a Procuradoria apresenta resultados satisfatórios, os Procuradores adoecem. Os relatos de doenças relacionadas a ansiedade e problemas posturais são cada vez mais comuns entre os colegas. O fato é que, sem uma estrutura de apoio e um quadro completo, os Procuradores não conseguem fazer frente à agilidade dos escritórios privados e do Poder Judiciário, que sempre possuiu um quadro organizado de servidores e já conta com inteligência artificial", frisa.

Segundo a Procuradora, o resultado é o gasto de tempo por parte dos Procuradores em tarefas administrativas e burocráticas, enquanto teses importantes precisam ser formuladas às pressas, gerando um sentimento de angústia e frustração.

"A criação dos núcleos, apesar de representar um passo importante para racionalização do trabalho, deixou claro que o número de procuradores é insuficiente para fazer frente à demanda. No âmbito do contencioso fiscal, percebemos uma constante 'dança das cadeiras', com a frequente alteração da composição dos Núcleos para tentar conter os excessos pontualmente identificados, mas sem soluções definitivas para o invencível volume de trabalho", completa.

Por fim, defende: "a nomeação dos novos Procuradores e a criação de uma carreira de apoio são medidas urgentes para evitar o colapso total dos Procuradores do Estado e a deterioração da defesa do interesse público".

Conselheiros eleitos reforçam importância da campanha #NomeaçãoJá

No texto a seguir, os Conselheiros eleitos – titulares e suplentes – abordam a dramática situação de excesso de trabalho dos Procuradores do Estado de São Paulo e pleiteiam a urgente nomeação dos colegas remanescentes do concurso de ingresso.

"Os Procuradores do Estado vivenciam há algum tempo os reflexos da redução nos quadros no dia a dia do trabalho tanto na área do Contencioso quanto na Consultoria Jurídica. O contexto da falta de Procuradores é anterior à pandemia da COVID-19, tanto é assim que o concurso público de 2018 foi concluído.

Embora tenha se efetivado a nomeação de parte dos aprovados, a solução não se mostrou suficiente, mormente porque, no decorrer de dois anos, parte destes nomeados já deixou a carreira. Também perdemos outros colegas em virtude de aposentadorias.

A falta de Procuradores é situação que, inclusive, intensifica as dificuldades com o 'novo normal' instaurado com a pandemia, em que as condições de trabalho em home office traz outros elementos de estresse ao 'ambiente de trabalho'. Houve a necessidade de adaptação abrupta do ambiente doméstico (estrutura de trabalho e custos realocados) e novos modos de execução do trabalho, mediante uso de ferramentas institucionais (como o 'sem papel') e não institucionais (whatsapp, zoom, teams), muitas vezes em horários que fogem à rotina anterior - tarde da noite, aos finais de semana e até mesmo lidando com urgências de demandas em razão da pandemia.

Somados a isso, tem-se um trabalho realizado em casa com a convivência intensa com os familiares em razão do necessário isolamento e com a preocupação com a saúde – própria, da família e dos colegas e servidores. É inegável que tais condições, ainda que presentes em outras profissões, incrementam a dificuldade do Procurador com excesso de demandas e problemas de separação entre o universo do trabalho e os demais papéis sociais.

Ainda que aparelhados com um novo sistema e sob nova divisão de trabalho, mudanças estruturais e tecnológicas em andamento, a defasagem dos quadros ainda é assunto a ser tratado. Sem novas nomeações, os colegas continuarão a trabalhar sobrecarregados em pendências e pareceres, situação que tem levado a inevitável prejuízo na qualidade do trabalho e da saúde física e mental do Procurador. Precisamos de ajuda. E esta ajuda existe. Qualificada e pronta para assumir. A nomeação dos remanescentes é urgente!"

Conselheiros titulares: *Alexandre Ferrari Vidotti, Augusto Rodrigues Porciuncula, Cintia Byczkowski, Levi de Mello, Marcio Martins Muniz Rodrigues, Paola de Almeida Prado, Vanderlei Ferreira de Lima e Vinicius Lima de Castro.*

Conselheiros suplentes: *Deise Carolina Muniz Rebello Chostakovis, Guilherme Martins Pellegrini, Isabelle Maria Verza, Marcel Felipe Moitinho Torres, Marcio Henrique Mendes da Silva, Rafael Sodre Ghattas, Talita Leixas Rangel e Tatiana Capochin Paes Leme.*

APESP na Mídia: repercussão da campanha #NomeaçãoJá

A campanha #NomeaçãoJá teve boa inserção em veículos de imprensa de grande expressão nacional:

- **Consultor Jurídico:** publicação do artigo "PGE-SP: Falta de estrutura ameaça o interesse público", de autoria do Presidente da APESP, Fabrizio Pieroni, publicado em 24/5. No texto, Pieroni registra a importância da atuação da PGE-SP, especialmente durante a pandemia da COVID-19, e defende a imediata nomeação dos aprovados no último concurso da PGE-SP;
- **Folha de S. Paulo:** a coluna da jornalista Mônica Bergamo repercutiu o lançamento da campanha #NomeaçãoJá: o interesse público não pode esperar, que tem como objetivo divulgar na mídia e entre os principais atores políticos a defasagem nos quadros de Procuradores e Procuradoras do Estado de São Paulo e reivindicar a nomeação dos 103 aprovados no concurso de ingresso homologado em 2018;
- **Portal G1**: o veículo do grupo Globo destacou a campanha #NomeaçãoJá: o interesse público não pode esperar, promovida pela APESP para cobrar do Governo de São Paulo a nomeação de 103 aprovados no último concurso realizado em 2018.

Paridade de "armas"

É fundamental que a PGE-SP tenha paridade de "armas" com as demais carreiras essenciais à Justiça, em especial a Magistratura e o Ministério Público, para bem defender o Estado em juízo, incrementar a arrecadação da dívida ativa e combater a corrupção. Contudo, não é essa realidade que os números mostram:

- Em 2020, primeiro ano da pandemia de COVID-19, tomaram posse no TJ-SP 83 Juízes e no MP-SP 77 Promotores. Já na PGE-SP, não ocorreram nomeações no ano passado;
- Desde 2014, o TJ-SP realizou 5 (cinco) concursos de ingresso, com a posse de 425 novos juízes, e o MP-SP promoveu 4 (quatro) certames, com a posse de 305 novos Promotores. Contudo, desde 2014, a PGE-SP nomeou apenas 99 novos Procuradores;
- Em São Paulo, uma comparação entre o TJ-SP e a PGE-SP aponta que para cada Procurador do Estado há 3,45 Juízes – a 5ª pior média nacional. Essa relação em importantes Unidades da Federação é de: *i)* 1 Procurador para cada 2,5 juízes em MG; *ii)* 1/2,3 no RS e *iii)* 1/2 no DF;
- Em São Paulo, são 2,5 Promotores Públicos para cada Procurador do Estado – a 13ª pior média nacional. Essa relação em importantes Unidades da Federação é de: *i)* 1 Procurador para cada 2 Promotores no RS e no DF e *ii)* 1/2,25 na BA;
- A PGE-SP conta com um Procurador para cada 60.194 habitantes, enquanto o Judiciário paulista apresenta 1 (um) Juiz para cada 17.467 habitantes e o Ministério Público conta com 1 (um) Promotor para cada 23.604 habitantes.

PGE em números em 2020

A qualidade da atuação dos Procuradores do Estado de São Paulo é refletida diariamente na defesa judicial e extrajudicial nos Contenciosos Geral e Tributário-Fiscal, nas atividades de consultoria/assessoramento dos gestores públicos nas Consultorias Jurídicas de todas as Secretarias estaduais e nas vitórias nos Tribunais das diversas instâncias.

Os dados a seguir, publicados no "Balanço Geral /do Estado de São Paulo - Contas do Exercício de 2020", enviado para a ALESP pelo Governador João Doria e publicado no D. O, servem para ilustrar o abnegado trabalho de todos os membros da PGE-SP:

Contencioso Geral

- Número de processos em acompanhamento: 836.444;
- Atuação em 700 ações diretamente relacionadas à pandemia do COVID-19, destinadas a questionar as medidas adotadas pelo Estado de São Paulo;
- Celebração de Acordos Judiciais e Termos de Ajustamento de Conduta: 508;
- Número de abstenção de interposição de recursos: 92.139;
- Cálculos realizados por contadores: 16.829.

Contencioso Tributário-Fiscal

- Arrecadação da Dívida Ativa pelo Contencioso Tributário Fiscal: R$ 2,55 bilhões, com um índice de recuperação de 1,75%;
- Razão de Recuperação Presente da Dívida Ativa: 2,90%.

Consultoria e Assessoria Jurídica

- Número de Pareceres Jurídicos emitidos pela Consultoria Geral: 13.817;
- Procedimentos Disciplinares Presididos: 5.090;
- Edição de 1.610 portarias instauradoras de processos disciplinares;
- Conclusão de 1.708 sindicâncias/processos disciplinares;
- Realização de 2.360 audiências e de 4.354 depoimentos;
- Elaboração de 82 pareceres jurídicos sobre matéria jurídica de interesse da Administração Pública Direta e Indireta;
- Elaboração de 68 pareceres jurídicos sobre matéria tributária de interesse do Estado;
- Elaboração de 6.315 manifestações e 163 pareceres jurídicos na representação e defesa do Estado perante o TCE-SP.

Acesse a íntegra do trecho do documento referente à PGE-SP em http://bit.ly/RelatorioPGESP2020) ou aponte a câmera do seu celular no QRcode abaixo:

Força nova: PGE-SP necessita da qualificação dos colegas remanescentes!

São 103 histórias de vida, dedicação e apoio familiar, que culminaram no sentimento de vitória e da árdua conquista. Os depoimentos a seguir – da Ângela, da Heloisa, da Luisa, da Monica e do Rodrigo – traçam um breve perfil e dão um rosto para uma força nova de trabalho, que aguarda com muita garra e esperança o momento de poder contribuir diariamente com a PGE-SP e, consequentemente, em prol da sociedade paulista.

HELOISA DE PAULA FIOD COSTA OSADA, 37 anos, formada em Administração de Empresas pela EAESP-FGV (2001-2004) e em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco - USP (2007-2011), e RODRIGO PANSANATO OSADA, 35 anos, formado em Ciências Econômicas pelo IE-UNICAMP (2004-2008), e em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco - USP (2012-2016) (casados e Agentes Fiscais de Rendas na Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo):

"Desde nosso ingresso na SEFAZ-SP sempre tivemos contato com a PGE-SP, especialmente com a Procuradoria da Dívida Ativa na época de preparação dos sistemas fazendários e da PGE para o PPI e o PEP do ICMS, e mais recentemente com a Procuradoria Fiscal, colaborando com informações para demandas judiciais dos contribuintes relacionadas ao Contencioso Administrativo Tributário, convívio esse que além de nos proporcionar admiração pela instituição e pelo profissionalismo de seus servidores, despertou-nos interesse em, um dia, sermos Procuradores da PGE-SP. Esse interesse incentivou o início da nossa graduação em Direito.

Após nos conhecermos em 2010 na SEFAZ-SP, casamo-nos em 2014, e nosso sonho e objetivo de ingressar na PGE-SP também se unificaram, aguardando o término do Curso de Direito do Rodrigo, que se deu ao fim de 2016. Firmes nesse propósito, iniciamos nossos estudos para a PGE-SP já no término do ano de 2016, intensificando nossa rotina em 2017, até o início de 2018, quando sobreveio a publicação do Edital do 22º Concurso de Ingresso.

Conciliando as atividades na SEFAZ-SP e no TIT-SP em todo o período, demos todo nosso empenho no preparo para a primeira fase do concurso. As noites, os finais de semana e os feriados eram integralmente dedicados às leituras, aulas e simulados.

Sem descansar e sem ainda ter sido publicado o resultado da prova objetiva, mantivemos a rotina, adaptando nossos estudos para a segunda fase, para nós inédita, contemplando peça processual e questões dissertativas.

Ultrapassadas as provas da segunda fase, novamente mantivemos o ritmo, aproveitando todo o nosso tempo à época disponível, para, sem ainda saber se estávamos aprovados, disputar a terceira

e última fase eliminatória, de prova oral, mais uma vez, a nossa primeira vez num certame de tal natureza.

Aprovados para a terceira fase e semanas antes do dia de nossa avaliação oral, a feliz surpresa que estávamos aguardando: a confirmação da gravidez de nossa primeira filha.

Realizando a prova oral em mesmo dia e horário, posto que efetuada nossa inscrição no site da Vunesp de forma simultânea, concretizamos ao término o maior desafio de nossas vidas profissionais até então, com um misto de alívio, alegria, medo e esperança por um futuro melhor, não só para cada um de nós, mas para nós três.

Depois estivemos presentes na sede da PGE-SP no dia da divulgação das notas da prova oral, na etapa de títulos e na entrega de documentos. Ao final de 2018 houve a homologação do Concurso. Um excelente encerramento para um ano extraordinário.

Em 7 de junho de 2019, na época da posse da primeira turma de nomeados, nasceu nossa filha.

Na expectativa de nomeação, entramos em 2020 na pandemia da COVID-19, a maior crise da nossa geração. Ao fim do ano, a alegria e o alívio pela prorrogação da validade do concurso por mais dois anos.

Logo em janeiro de 2021 tivemos a nossa segunda surpresa tão desejada: a confirmação da gravidez do nosso segundo filho, que está a caminho.

Agradecidos por estamos bem e com saúde, preocupados e tristes com tantas vidas perdidas em milhares de famílias em nosso país, aqui chegamos e, graças à atuação da Comissão dos Aprovados e da APESP, com esperanças renovadas para a nossa tão sonhada nomeação conjunta na PGE-SP.

Nossa expectativa de atuação na PGE-SP? Desejamos atuar em qualquer área dessa Instituição, mas temos convicção de que muito poderemos somar no Contencioso Tributário-Fiscal, considerando-se nossa experiência na SEFAZ-SP e no TIT-SP.

Fazemos nossos votos para que seja essa nomeação a vitória de todos nós, aprovados! Muito lhes agradecemos pela oportunidade em contar um pouco de nossa história recente. Um afetuoso abraço a todos. Até muito breve, no extraordinário dia da posse de todos nós".

ÂNGELA MEDEIROS RAMOS, 24 anos, formada em Direito pela Universidade Federal Fluminense (aprovada na PGE-SP ainda na graduação com 21 anos de idade):

"Tentarei narrar de forma breve a minha trajetória de vida e de estudos que culminaram na minha aprovação. Nasci em Ipatinga (MG), local em que desenvolvi o apreço pelos estudos. Aluna de escola pública, descobri cedo que a desigualdade social é um fator de peso na balança da vida. Apesar disso, sempre acreditei que o caminho mais isonômico se daria através dos livros.

Minha mãe, grande incentivadora de sonhos, sempre me estimulou a buscar os meus objetivos, e assim o fiz. Aos 16 anos, obtive a aprovação no curso de Direito da Universidade Federal Fluminense - uma barreira havia sido ultrapassada: (fui) a primeira da minha família a ingressar em uma universidade pública.

Passada a euforia inicial, percebi que o caminho após a graduação também seria dotado de dificuldades. Deveria decidir logo a área de atuação, de forma a antecipar os desafios vindouros. Nesse ponto, a experiência dos estágios foi fundamental e, no quarto período, decidi que seria Procuradora do Estado. Iniciei pesquisando sobre os concursos e, ainda no final de 2015, me encantei pela Procuradoria do Estado de São Paulo. Naquela época já se falava no concurso para carreira de Procurador, o qual somente veio a ocorrer no ano de 2018.

Fixada a carreira, me dediquei a aprender técnicas de estudo, pesquisar quais eram os livros

mais adequados, além de me dedicar às atividades acadêmicas. O período de organização durou alguns meses, após iniciei os estudos, intercalando com aulas e estágio. A busca pelo conhecimento passou a ser a minha prioridade. Dois meses após iniciar, foi divulgado o edital para estágio na Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Entendi que aquela seria a oportunidade de colocar o conhecimento, até então adquirido, em prática. Ao verificar o resultado não acreditei, havia obtido a aprovação em primeiro lugar e acertado todas as questões da prova. Naquele momento me senti capaz e percebi que, com dedicação e esforço, chegaria ao destino que almejasse. Em seguida, no sétimo período, fui aprovada no exame para Residência Jurídica da PGE-RJ.

Nesse momento não havia dúvidas, a carreira de Procurador do Estado era o meu maior sonho. No dia 9 de novembro de 2017, foi autorizado o concurso para Procurador do Estado de São Paulo. Lembro-me da felicidade e preocupação. Não sabia se já estava pronta para disputar um concurso para o qual os candidatos se dedicam por vários anos para obter a aprovação. Apesar das incertezas, decidi fazer o meu melhor, ultrapassando, por muitas vezes, o meu próprio limite.

Nesse período ouvi críticas por estar me privando do lazer e do contato com amigos e familiares. Apesar da solidão dos livros, me apeguei à crença de que para tudo há um tempo certo, e aquele era o meu tempo de plantio. Não foi em vão, com a evolução do concurso percebi que havia feito a escolha certa no quarto período da faculdade.

Um ponto marcante foi a prova oral e, apesar do receio natural presente nessa fase do concurso, me sentia vitoriosa por ter chegado até ali. Fui brindada com a oportunidade de ser arguida por examinadores renomados, referências para as respectivas áreas de atuação.

Após meses de prova, o ciclo se encerrou e obtive a aprovação em um concurso com mais de 13.000 inscritos para ocupar o cargo que sempre almejei, no Estado mais rico da federação - tudo isso aos 21 anos, ainda no décimo período da faculdade. Nunca me esquecerei do olhar dos meus pais na minha formatura. Espero que aquele mesmo sentimento se repita ao me assistirem assinar o termo de posse".

LUISA DE OLIVEIRA DRUMOND, 33 anos, formada em Direito pela Faculdade Milton Campos e graduanda em Ciências Contábeis pela PUC-MG. (atualmente é Delegada de Polícia Civil de Minas Gerais):

"Durante a faculdade, sonhava em trabalhar com Direito Tributário, tendo iniciado os estudos de Ciências Contábeis na UFMG enquanto cursava Direito. Em 2011, logo após minha formatura em Direito, decidi focar nos estudos para concursos públicos voltados para Advocacia Pública.

O cargo de Procurador do Estado de São Paulo sempre me despertou muito interesse, motivo pelo qual me inscrevi no concurso de 2012. Na época, apesar de ter conseguido realizar a prova discursiva, infelizmente não fui classificada para a prova oral por uma pequena diferença de pontos. Arrisco dizer que foi a reprovação mais dolorosa que vivenciei. Lembro que o resultado saiu quando eu já estava no curso de formação da Academia de Polícia de Minas Gerais.

Destaco que o único concurso para delegado de polícia que realizei foi o que fui aprovada, tendo na época decidido me inscrever com o fim de adquirir experiência em realização de provas, já que todas as etapas deste concurso poderiam ser realizadas na capital mineira. Após superar a reprovação na PGE-SP e lograr êxito no concurso para Delegado de Polícia de Minas Gerais, decidi tomar posse neste último, o que percebo como uma das decisões mais acertadas da minha vida. Na época, foi necessário interromper os estudos de Ciências Contábeis, pois minha primeira lotação foi em Almenara/MG

(Vale do Jequitinhonha), comarca na qual tive a oportunidade de trabalhar com crimes contra o patrimônio, tráfico de drogas, crimes contra a vida, dentre outros.

Desde 2016, atuo na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher de Belo Horizonte, o que muito me alegra, já que é uma causa que me envolve e me motiva a trabalhar com afinco. Em agosto de 2017, por acaso soube através de rede social que o edital do concurso para Procurador do Estado de São Paulo seria publicado em breve, o que mexeu muito comigo. Senti um especial ímpeto de estudar para este concurso, tendo então mudado toda minha rotina no sentido de não prejudicar minhas atividades na delegacia. Respirei estudar e trabalhar durante esse período. Eu me enxergava em São Paulo. Sentia que cada dia de folga era muito precioso para conseguir a aprovação. Felizmente o universo conspirou a favor, e atualmente aguardo a nomeação!

Enquanto isso, pretendo continuar atuando como Delegada de Polícia. Aliás, sou muito grata pelos aprendizados pessoais e profissionais que a experiência como delegada me proporcionou ao longo desses oito anos. Além do desenvolvimento de autoconhecimento, merece destaque em especial a ampliação da minha visão sobre a vida e a sociedade. Acrescento ainda que a aprovação no concurso da PGE-SP me motivou a concluir a graduação em Ciências Contábeis, tendo ingressado na PUC-MG em 2020, com previsão de me formar no final deste ano.

Aguardo com elevada expectativa a nomeação como Procuradora do Estado de São Paulo, certa de que me empenharei ao máximo para ser minha melhor versão em prol do interesse público. Inclusive, espero poder contribuir não só com o jurídico, que tão sou apaixonada, mas com o conhecimento contábil e o auxílio no desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher".

MONICA ARILENA CLEMENTE NESPOLI, 27 anos, formada pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco-USP:

"Tive o primeiro contato com a PGE-SP no primeiro ano da faculdade, quando o Prof. Elival da Silva Ramos nos contava de seu ofício em suas brilhantes aulas de Direito Constitucional.

A partir daí, comecei a estreitar os laços com o Direito Público, tive a oportunidade de estagiar na PFN e, em meu último ano da faculdade (2015), quando já circulavam boatos do concurso, retomei uma conversa com o Prof. Elival para dividir com ele meu sonho em ser Procuradora do Estado de São Paulo.

Recém-formada, advoguei em escritório por um ano, quando pude confirmar que não era aquele caminho que queria seguir.

Com o apoio da minha família e com o privilégio que não posso deixar de reconhecer, saí do escritório para me dedicar integralmente aos estudos. Minha preparação foi inteiramente voltada ao esperado concurso da PGE-SP, pois era essa a instituição que eu queria fazer parte. Natural da capital, com família no interior de São Paulo, o cargo de Procuradora do Estado de SP iria conciliar todas as minhas aspirações pessoais e profissionais.

O edital foi publicado, a preparação foi se intensificando e eu fui vencendo as fases.

Após a fase discursiva, tive a alegria da nomeação e posse para o cargo de assistente técnico judi-

ciário, com atuação na vara da violência doméstica e familiar contra a mulher, que, apesar de breve, foi essencial para a minha formação profissional. Nesse tempo, tive que conciliar os desafios do ofício, com os estudos e a ansiedade da minha primeira e única prova oral da vida.

Impossível esquecer desse grande dia. Eu, minha mãe e um grande amigo, enquanto aguardávamos ansiosos o horário da prova, recebemos a notícia da minha nomeação para o cargo de Procuradora do Município, o qual exerço atualmente. Era o sinal que tudo daria certo! E deu, a tão sonhada aprovação na PGE-SP veio.

No aguardo para compor seus quadros, passei a acompanhar ainda mais de perto essa admirável instituição. Junto com outros dedicados colegas, formamos a comissão dos aprovados e tivemos a oportunidade de nos aproximar da carreira, em especial da APESP, que é nossa grande aliada.

Ainda em 2019, conhecemos a sede da Associação e nos reunimos diversas vezes com a diretoria para tratar das perspectivas de nomeação. No início de 2020, fomos recebidos no gabinete pela Dra. Lia Porto e pela Dra. Camila Pintarelli. Em meados de 2020, com o apoio das entidades de classe e do Conselho, elaboramos e divulgamos um vídeo para demonstrar a necessidade de prorrogação do concurso. O concurso teve sua vigência prorrogada.

No início de 2021, inauguramos o perfil @aprovadospgesp no instagram, onde veiculamos diversas informações da instituição. E, recentemente, estamos juntos com a APESP na campanha '#NomeaçãoJá: o interesse público não pode esperar'.

Esperamos sair vitoriosos em mais essa etapa, vitória essa que não é só nossa, é da PGE-SP, é do Estado de SP, é da população de SP. Com isso, deixo meu até logo, certa de que nos veremos em breve na posse dos 103 remanescentes".

Nomeação já: das razões pelas quais não se trata de um assunto proibido

Dentre todas as características dos sonhos descritas por Freud, a de que "se assentam em boa parte em impressões deixadas por acontecimentos infantis", bem como de que "se beneficiam, para as suas criações, de uma certa indulgência por parte da censura" (*Die Traumdeutung,* 1900) são as que mais se aproximam de um sonho que tive, certa vez.

Audiência instalada, advogados e testemunhas arroladas, perguntas e reperguntas, estava sempre atenta e à espreita, para não me desviar da nobre função que me foi confiada pelo meu cargo: a de defender o Estado de São Paulo. Ocorre que eu vestia um pijama cor-de-rosa, de malha *plush* aveludada, e ainda que a autoridade judicial ou o advogado da parte contrária ousassem fazer alguma observação sobre, eu não deixava espaço para que perguntas sobre minha indumentária fossem feitas, de modo que a audiência transcorreu normalmente, todos fingindo que eu estava de roupa adequada à formalidade solene de uma audiência judicial.

Acordei, aliviada de que tenha sido um sonho. Isso foi antes da pandemia, deixe-se bem claro, em que trabalhar de pijama era absurdo. Colocava todos os dias uma roupa bonita, chegava na repartição, sempre respeitada pelos vigias, funcionários e estagiários por tão relevante cargo. E dele me orgulho, pois estamos diariamente em contato com as agruras da Administração, com os problemas orçamentários, políticos e, portanto, mais preparados para darmos respostas adequadas às demandas sociais. Em outras palavras, somos as primeiras testemunhas dos fatos do mundo administrativo.

Na pandemia, a PGE-SP mostrou-se ainda mais atuante, tendo papel decisivo na compra das vacinas que inauguraram a solução definitiva, assim como na economia e na lida diária dos processos movidos contra o Estado e pelo Estado de São Paulo, fazendo jus ao seu protagonismo no Brasil.

Todavia, somos praticamente um exército de Brancaleone. Para quem não viu esse filme, *O incrível exército de Brancaloene*, de 1966, dirigido pelo italiano Mario Monicelli, retrata um exército de maltrapilhos que percorre a Europa medieval do século XI, em um pangaré, em busca de conquista de terras, e se depara nada mais, nada menos, com bruxas, bárbaros e até a peste negra. O filme foi inspirado na história de Dom Quixote, de Miguel de Cervantes. A preservação de nossa honra prevalece sobre as agruras da vida que nos assola. Ainda que pouco estruturados, temos de ser gigantes.

Mas, sinceramente, não precisa ser sempre assim.

Na PGE-SP, para tamanha missão, contamos com um "exército" de 765 pessoas (dados de hoje, 18 de junho de 2021). Assim, estamos com um *déficit* de 36,04% dos quadros (há 1203 cargos, faltam 438 serem providos para completar um quadro que sequer se presume, se completo, suficiente). Não é à toa que, segundo o Diagnóstico realizado pela Apesp (vide detalhes na página 5 desta edição), 81% dos colegas que o responderam consideram seu trabalho excessivo e metade deles informa que não consegue ter tempo sequer para a família e o descanso.

Trata-se de um trabalho incessante, intenso e cansativo, que por mais que nos honre, também nos desgasta e nos adoece. É certo que ultimamente foram tomadas decisões criativas com a estruturação dos Núcleos de atuação, mas já passou da hora que se constata que não há mais de onde comprimir. A pronta nomeação de 103 colegas, cujas vidas estão em suspenso aguardando assumirem seus postos, faz-se mais que necessária, mas imprescindível.

Os argumentos apresentados para obstar a nomeação, de que se trata de um assunto "proibido" no governo, de que não é o *momento*, não se justifica. Aliás, diga-se de passagem, eles sempre foram os mesmos, desde que ingressei na carreira, em 1998. No ano de 2.000, por exemplo, alguns colegas que passaram no concurso sequer foram nomeados porque aquele concurso caducou. Sei de um caso de um Procurador, inclusive, que teve de prestar o concurso seguinte, em 2002, para ser nomeado em 2004. Foram seis anos de espera.

Não há razões para se afirmar que, no mundo jurídico, as nomeações estão vedadas: em 2020, ano da pandemia, tomaram posse no TJ/SP 83 Juízes e no MP/SP 77 Promotores de Justiça. Isso porque já há uma disparidade de armas : para cada Procurador do Estado, em São Paulo, há 3,45 Juízes e 2,5 Promotores. Isso sem contar que também competimos com os milhares de advogados que ingressam com ações todos os dias, muitos deles já se utilizando de robôs. Detalhe: não contamos com essa inteligência artificial, mas com nós mesmos e com o "pangaré" PGE-NET.

Também não se sustentam os argumentos que afirmam que, por conta da pandemia, as nomeações estão vedadas: a Lei Complementar n. 173/2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS- CoV- 2 (Covid-19) não veda a reposição dos quadros por vacância no período anterior a 31/12/2021.

No âmbito da Administração que não inclui nossa carreira jurídica, tanto não estão vedadas as nomeações como até foram autorizadas e anunciadas 2939 vagas no concurso da Polícia Civil que será realizado em 2021: 250 para Delegados; 900 para investigador; 1600 para Escrivão e 189 para Médicos Legistas. Por outro lado, se fosse possível "quantificar" o valor de um Procurador do Estado, seria fácil constatar que se trata de um profissional que "se paga", ou seja, é um investimento, não um gasto ou prejuízo.

Assim, não há razão lógica ou jurídica que justifique se obstar a pronta nomeação. Também não há razão para que não se invista em carreira de apoio, estrutura e arsenal para nosso enxuto, para não dizer minguado, exército.

Se com pouco material humano fazemos milagres, que dirá com uma carreira estruturada? Mas isso é objeto ainda de um sonho bom, como a outra definição que Freud dá para sonho, como a manifestação de um desejo. A pronta nomeação de apenas 103 colegas servirá, por ora, para nos aliviar com uma breve interrupção dos pesadelos ou das noites de insônia. Porque precisamos disso. Porque a pronta nomeação é um pedido de socorro de toda a carreira.

Marialice Dias Gonçalves
PROCURADORA DO ESTADO DE SÃO PAULO E DIRETORA DE COMUNICAÇÃO DA APESP.